
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA TEORIA NOS ESTUDOS BRASILEIROS DE LITERATURA

Jose Luis Jobim¹ (UFF)

RESUMO: Este artigo tem por finalidade discutir os resultados provisórios de análise dos depoimentos (acessíveis em lista no YouTube: <https://tinyurl.com/yp7tzhhp>) de pesquisadores da área de estudos literários, com mais de 20 anos de carreira, sobre o desenvolvimento da produção de conhecimento teórico na área dos Estudos de Literatura, inclusive em suas relações com outros lugares, dentro e fora do país.

PALAVRAS-CHAVE: teoria; estudos literários no Brasil.

THE PRODUCTION AND CIRCULATION OF THEORY IN BRAZILIAN LITERARY STUDIES

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the provisional results of the analysis of videos (accessible in a playlist at YouTube: <https://tinyurl.com/yp7tzhhp>) by researchers in the field of literary studies, with more than 20 years of career, on the development of the production of theoretical knowledge in the field of Literature Studies, including its relations with other places, both inside and outside the country.

KEYWORDS: Theory; Literary Studies in Brazil.

Recebido em 14 de setembro de 2024. Aprovado em 25 de outubro de 2024.

No momento em que escrevo este texto, estou ainda desenvolvendo projetos² sobre a produção e circulação da teoria nos estudos literários, que investigam o alcance e os limites das bases teóricas utilizadas por pesquisadores nos estudos literários, em duas vertentes: (a) uma vai investigar a consistência, coerência, alcance, limites, caráter histórico e circulação de teorias (nacional e internacionalmente), e (b) a outra

¹ jjobim@id.uff.br - <https://orcid.org/0000-0002-0271-6665>

² E-26/201028/2022 (271360) FAPERJ; 304343/2022-6 CNPq.



vai investigar a produtividade dessas teorias no trabalho desenvolvido por pesquisadores no Brasil. Tanto o meu texto quanto minhas conclusões devem ser recebidos como um *work in progress*.

Estes projetos envolvem a gravação e disponibilização de vídeos com pesquisadores³ que têm mais de vinte anos de experiência no campo, disponíveis em *open access*, no sítio do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense, em [A produção e circulação de teoria dos estudos literários - YouTube](#). O longo percurso de pesquisa dos(as) pesquisadores(as) gravados(as) lhes permitiu lançar um olhar sobre suas próprias opções, em diferentes momentos da carreira, dando um sentido mais abrangente às suas respectivas escolhas, de uma maneira que não teria sido possível, em momentos mais iniciais de seus trajetos⁴.

Escrever este artigo implica, entre outras coisas, tratar de teoria(s) e apropriações teóricas, mas, se a(s) teoria(s) pode(m) sempre já exceder o âmbito das várias interpretações individuais, de algum modo estas interpretações pelos pesquisadores também manifestam seu desenvolvimento e alteração.

Começamos, então, por observar que no meio acadêmico muitas vezes fazemos uma distinção entre o que poderíamos chamar de *senso comum* e de *conceito*. O primeiro partiria de pressupostos de alguma forma herdados, sem questioná-los ou avaliá-los formalmente, para verificar sua validade ou não; o segundo implica uma atitude mais formal, metódica e crítica em relação tanto a estes pressupostos quanto às análises e avaliações que serão feitas, a partir deles. A teoria literária está normalmente vinculada ao *conceito*, mas, no caso da América Latina em geral e do Brasil em particular, é relevante levar em consideração o fato de que uma série de opiniões construídas predominantemente a partir da Europa, e expressas de modo mais (ou menos) articulado (com ideias “estrangeiras” ou não) acabaram, em momentos anteriores, ganhando foro de teorias. Mesmo no caso da teoria mais estritamente universitária, a investigação sobre como se constroem historicamente seus sentidos é fundamental para entendermos seu escopo de abrangência e suas limitações.

Nos anos 80 do século passado, Edward Said já escrevia que ideias e teorias viajam, de pessoa para pessoa, de situação para situação, de um período para outro, embora a circulação de ideias apresente formas diferentes, que incluem “influência reconhecida ou inconsciente, empréstimo criativo ou apropriação por atacado” (1983: 226)⁵.

Como já argumentei anteriormente (Jobim 2020: 11) a circulação literária e cultural não respeita fronteiras territoriais ou linguísticas. Nem a circulação de teorias e ideias o faz. Para entender a configuração de sentidos em determinado território nacional, é preciso entender as relações desses sentidos com outros, situados em outros lugares e tempos: é necessário entender *se, quando, por que e como* os sentidos de fora

3 Pesquisadores com bolsa de produtividade no CNPq: nível 1 A: Alcir Pécora, Regina Zilberman e Roberto Acízelo Quelha de Souza; nível 1 D: Maria da Glória Bordini; e nível 2: Fábio Akcelrud Durão.

4 Todas as citações destes(as) pesquisadores(as) foram retiradas dos vídeos da *playlist* [A produção e circulação de teoria dos estudos literários - YouTube](#), e correspondem às suas falas em seus respectivos vídeos.

5 acknowledged or unconscious influence, creative borrowing, or wholesale appropriation.

circulam para dentro (e o que acontece quando o fazem), ou os de dentro circulam além do limite extremo do lugar, passando para fora.

Em nossa área de estudos, é frequente que os pesquisadores, ao apresentarem seus projetos, ou produtos derivados destes projetos, explicitem os pressupostos, orientações e antecipações a partir das quais vão construir seus objetos. Muitas vezes, nomeiam-se estas orientações e antecipações como grades teóricas (“Estruturalismo”, “Sociologia da Literatura”, “Desconstrução”, “Pós-Colonial” etc.), para significar um suposto pertencimento do pesquisador, do projeto ou do objeto construído àquilo que se nomeou. Estes termos que designam grades teóricas podem servir para ligar coletivamente ou separadamente diferentes conjuntos de conceitos, que, por serem alegadamente comuns, podem ser aplicados a casos particulares. A mera aplicação acrítica, nestas circunstâncias, poderia ser qualificada como derivada deles, porque o pesquisador, ao declarar-se inscrito em uma grade teórica, busca filiar-se a um *corpus* já constituído de textos que também funciona como antecipador de sentidos para textos futuros, ou como fonte reiteradora de sentidos voltada à confirmação do que já foi dito.

Analisando os vídeos de nossa *playlist*, podemos também imaginar, como Fábio Akcelrud Durão, que o processo de nomeação pode significar uma descrição domesticada ou domesticadora da teoria, relacionada a práticas instaladas na academia norte-americana. Para ele, uma boa teoria resiste à sua nomeação, e a instalação de rótulos teóricos pode ser vista como uma vitória do jeito americano de fazer as coisas. Entretanto, segundo Durão, sempre se poderia perguntar: “Quem disse que as teorias são nomeáveis? Quem disse que o processo de nomeação de uma teoria pode ser um negócio tão simples e tranquilo, sem deixar resto?”

As vertentes teóricas muitas vezes ambicionam nomear uma possível ou suposta inovação em contextos epistemológicos acusados de repetir modos de saber cuja adequação é questionada, mas nem sempre a dicotomia inovação/repetição é suficiente ou adequada para explicar a mudança histórica:

Ambos pontos de partida são necessários para que se possa precisar as proporções em que finalmente se combinam. A partir disso, é possível derivar duas conseqüências aparentemente contraditórias: que justamente quando é preciso manter a estabilidade de uma determinada situação, torna-se necessário transformar, na medida do possível, as condições em que essa situação foi produzida em um momento anterior. E, inversamente, quanto maior é o período em que se mantêm inalterados os pressupostos que condicionam uma situação, tanto mais rápido essa situação se modifica.⁶ (Koselleck 2013: 152)

6 Ambos puntos de partida son necesarios para poder precisar las proporciones en las que finalmente se combinan. A partir de ello cabe derivar dos consecuencias, en apariencia contradictorias: que justo cuando ha de mantenerse la estabilidad de una determinada situación es que resulta necesario transformar, en la medida de lo posible, las condiciones en las que dicha situación se produjo en un momento anterior. Y a la inversa, resulta que cuanto mayor es el lapso en que se mantienen inalterados los presupuestos que condicionan una situación, tanto más rápido se modifica dicha situación.

De fato, sabemos que, como resultado da formação de comunidades acadêmicas e/ou literárias em torno de ideias mais (ou menos) compartilhadas, no início do século XX, produziram-se mais tarde nomeações de movimentos, e pesquisas sobre sua duração, seu lugar, sua relação com outras orientações e antecipações, derivadas de outros campos. E sabemos também que as estruturas de repetição resultantes de pressupostos “comunitários” também geram questionamentos sobre seus respectivos alcances e limites. Se há sempre pressupostos que não são verbalizados (e dos quais nem sempre estamos conscientes), mas que formam ou orientam *a priori* nosso entendimento, tentar verbalizá-los, dar-lhes visibilidade, colocá-los em evidência, é uma tarefa importante, até para refletir sobre seus alcances e limites. Assim se consegue evitar a perpetuação de certas orientações que podem virar uma norma latente ou não declarada e que se reiteram a partir de práticas ou metodologias que operam a partir do que está latente.

Dito isto, a primeira observação a fazer sobre os/as pesquisadores(as) do CNPq participantes do *corpus* de minha pesquisa é que a maioria não se preocupou em definir-se como afiliado(a) a uma nomeação, seja ela qual for. Em geral, quando se referem a nomeações é para criticar a insuficiência ou inadequação delas para tratar de seus respectivos objetos de pesquisa. Em outras palavras, o que predomina nos vídeos de nossa *playlist* não é a avaliação do percurso dos(as) pesquisadores a partir de nomeações nas quais se autoenquadrem, mas uma espécie de *correlacionismo*. Por *correlacionismo*, entenda-se aqui uma codeterminação dos objetos construídos na pesquisa, através de um processo de conhecimento que coloca em relação: a) um pesquisador institucionalizado (com todas as implicações derivadas desta institucionalização); b) um certo quadro de pressupostos vistos como aceitáveis para a construção de seu objeto de pesquisa; c) a necessidade de ir além deste quadro. Principalmente os(as) pesquisadores(as) 1 A do nosso *corpus*, tendo em vista um determinado quadro disponível de orientações e antecipações, constatam que este quadro não lhes permite elaborar respostas que considerem satisfatórias, para responder a questões formuladas para/em suas pesquisas.

Tratava-se também, no caso destes(as) pesquisadores(as), de verificar o que pensavam sobre a consistência e coerência entre o que encontraram já estruturado como conhecimento, e a maneira como avaliaram os processos e modos de conhecer que geraram esta estruturação, ou as práticas que este conhecimento implica. Assinale-se de passagem que esta atitude de não se afiliar a nomeações pode ser correlacionada com um certo formato de produção discursiva que, principalmente na América Latina, configurou-se tanto como avesso a rótulos de pertencimento e a nomeações quanto aberto à integração de saberes diversos: o ensaio.

Um dos exemplos em nosso *corpus* foi o depoimento de Alcir Pécora sobre a insuficiência e inadequação do quadro de referência vigente em Letras para tratar dos textos de Antônio Vieira, com os quais Pécora desenvolveu muitas pesquisas. A própria nomeação dos textos seiscentistas como “barrocos”, designação altamente problemática por suas próprias origens (Wellek s. d.: 69-106), não é utilizada por Pécora – salvo para criticá-la, e a construção de seu objeto de pesquisa teve de ser feita fora

dos quadros neorromânticos ou sociológicos vigentes até a época em que publicou seus livros.

Pécora afirma que, no início de sua carreira, tinha como colegas docentes e pesquisadores que haviam sido alunos de Antonio Candido na Universidade de São Paulo, o que teria gerado um efeito de homogeneização teórica, ou de compreensão da teoria como submissão estrita a um certo paradigma. Ele utiliza a metáfora de seus colegas formados na USP como “comungando na mesma missa”, o que, segundo ele, os levaria à produção de um conhecimento que reiteraria sempre os pressupostos a partir dos quais se fariam as perguntas críticas, e geraria respostas que apenas confirmariam os termos das perguntas: “Tudo mais ou menos redundava no mesmo”. Pécora se vê como uma espécie de nominalista historicista que, todavia, acredita tanto na existência de uma determinação do que se fala a partir das possibilidades do lugar em que se fala quanto na precedência do texto sobre o trabalho feito a partir dele e de seu funcionamento. Para ele, é importante ter em mente que os artefatos verbais seiscentistas eram objetos tradicionais operados dentro de um sistema no qual não existia a ideia de separação entre “forma” e “conteúdo”, nem a categoria “nacional”, que passa a existir a partir do século XIX.

Os(as) pesquisadores(as) de nosso *corpus* verbalizaram suas respectivas autoconsciências sobre como chegaram a seus modos de pensar, com a elaboração de teorias sobre os objetos literários, ou de métodos de compreensão tanto das teorias quanto dos objetos, nos contextos históricos em que se inseriram suas pesquisas, fazendo uma autoanálise retrospectiva da continuidade/evolução/transformação/alteração de seus modos de pensar, argumentar, criticar. Uso aqui o termo *teoria* para designar um tipo de discurso que trata das múltiplas e diferentes atribuições de sentido, representações, interpretações e modos de circular do objeto literário. Isto é diferente de outros sentidos atribuídos ao termo – como o que apontou Fábio Akcelrud Durão, em nosso *corpus* de vídeos: nos EUA, no período em que este pesquisador estudou lá, o sentido atribuído era o de *ideias sobre literatura importadas da Europa continental, especialmente da França*. O que denomino neste meu texto como *teoria* nos estudos literários inclui não apenas um certo universo de pressupostos reivindicados como fundamento das práticas vigentes nesta área de estudos, mas também as contestações a este universo, o questionamento do que se apresenta como fundamento.

No Brasil, Roberto Acízelo de Souza tem prestado um serviço inestimável, no levantamento e descrição do que está em jogo na formação disciplinar da Teoria da Literatura. No melhor livro síntese disponível sobre este assunto, *Teoria da literatura – trajetória, fundamentos, problemas*, ele nos lembra que, na cena literária do início do século XX, foi preciso desenvolver métodos e conceitos novos para a leitura analítica de obras que se configuravam com uma densidade autorreferencial diferenciada em relação às cenas anteriores: “Surgem assim, nas três primeiras décadas do século XX, orientações que ganharam a feição de movimentos no campo dos estudos literários, a ponto de mais tarde serem reconhecidos e individualizados com designações específicas, como *estilística, formalismo russo, new criticism*” (Souza 2018: 36).

Mesmo no caso da teoria mais estritamente universitária, a investigação sobre como se constroem historicamente seus sentidos é fundamental para entendermos seu escopo de abrangência e suas limitações. Se tomarmos como exemplo a pesquisa publicada pelo prestigioso periódico norte-americano *New Literary History* (1983) sobre o uso da *teoria* por docentes e discentes em universidades norte-americanas e europeias, podemos constatar, entre outras coisas, o que se considerou relevante incluir (e o que foi excluído) então. O universo daquela enquete excluiu os docentes e discentes latino-americanos e asiáticos (como se sabe, a maioria absoluta dos que responderam à enquete pertencia a universidades anglófonas e os restantes eram europeus).

Se, por exemplo, tivesse ocorrido a inclusão de docentes e discentes brasileiros entre os entrevistados, a enquete teria “descoberto” que na universidade brasileira existe a disciplina *Teoria Literária* ou *Teoria da Literatura*, contrastando com o ambiente anglófono em que a teoria é ensinada no âmbito de outras disciplinas. Na verdade, como já escrevi antes [Jobim 1994], no Brasil a teoria também é trabalhada em outras disciplinas, mas aqui ela ganhou uma autonomia disciplinar. Além disso, embora se apliquem as mesmas perguntas sobre teoria a todos os participantes daquela enquete do *New Literary History*, não há uma delimitação conceitual da abrangência semântica do termo, de modo que as respostas dadas não necessariamente atribuem o mesmo sentido ao termo *teoria*. Ou seja, embora o termo (*teoria*) de que falam seja o mesmo nas perguntas e respostas, o sentido atribuído a ele não necessariamente é.

A direção de sentido que se pode dar para as transformações de teorias e ideias vai gerar efeitos diferentes em seus diversos usos. Se, por exemplo, partirmos do princípio de que as ideias europeias sobre liberalismo estão “fora de lugar” no Brasil, como o fez Roberto Schwarz, teremos um resultado diferente do que se considerarmos que a maneira como estas ideias (com uma alegada origem europeia) vão inserir-se em outro lugar é, em si própria, uma questão que implica, entre outras coisas, analisar criticamente por que determinada ideia (e não outras) foi “importada” da Europa, e qual a relação desta ideia com outras ideias circulantes no contexto de importação, que podem fazer com que a ideia importada, em seu novo contexto, se transforme em outra coisa, diferente de seu lugar de origem, como já argumentei (Jobim 2020).

Um dos aspectos mais interessantes dos depoimentos dos pesquisadores foi a estruturação discursiva de suas experiências, ao se depararem com os paradigmas no âmbito do conhecimento em seus campos, e terem de elaborar processos analíticos que geravam diferenças, ainda quando levavam adiante caminhos apontados na tradição de seus campos.

Toda a minha argumentação até agora não significa que estejamos impedidos de falar sobre os sentidos de *teoria* em diversos momentos históricos, ou sobre sua importância como palavra-chave. O editor Ralph Cohen, no primeiro número de *New Literary History*, um dos periódicos responsáveis pela colocação de *teoria* na ordem do dia da universidade norte-americana, já explicava que havia também uma interseção desta com os interesses pessoais do corpo editorial:

A gênese de *New Literary History* encontra-se na pesquisa e nas preocupações teóricas de cada um de nós no corpo editorial. À medida que nossas próprias investigações nos obrigaram a indagações históricas e nos levaram a reconsiderar questões históricas a partir de perspectivas bastante diferentes, descobrimos que a ideia de história formava um ponto de interseção.⁷ (1969: 3)

E, pelo menos neste periódico, Jonathan Culler (1994: 869-879) confirma a impressão de Fábio Akcelrud Durão, a partir de sua experiência pessoal norte-americana: de fato, pelo menos nos anos 70 e 80, havia uma correspondência entre o termo *teoria* e os adjetivos *French*, *continental* e *European*.

O correlacionismo que detectamos nos depoimentos também implicou uma “intervenção da história no conceitual” (Roberto Acízelo de Souza), uma certa historicização do *a priori*. Isso a partir do pressuposto de que aquilo que às vezes é visto como essência do nosso objeto de estudo, contrasta com uma perspectiva que atribuiu ao objeto uma série de qualidades construídas socialmente, ressonâncias de uma certa transmissão histórica de sentidos do passado, com efeitos no presente, bem como uma constatação implícita de que não há um ponto externo à temporalidade histórica do qual possamos construir, observar ou julgar nossos objetos, através de uma experiência “purificada” de condicionamentos sociais, históricos e culturais. Por isso, foi relevante a identificação (ou não) de posições teóricas (a serem criticadas ou a servirem de base), permitindo assim maior clareza na codeterminação dos objetos de estudo e dos modos de conhecê-los.

Além disso, foram relevantes as referências aos contextos em que os pesquisadores se inseriam e inseriam suas pesquisas, produzindo argumentos sobre relações sociais e configurações históricas de produção e julgamento do conhecimento, a partir de suas próprias experiências, mas também apresentando muitas vezes as relações entre os conceitos, quadros de referência e métodos utilizados e a estruturação de paradigmas em nossa área de conhecimento, em relação à qual puderam se engajar (ou não) implícita ou explicitamente, aceitando-a ou contestando-a parcial ou completamente. Márcio Seligmann-Silva chama a atenção do uso do termo *teoria* no sentido de *poder ver*, o que explicaria que ela não trate do que não podia ver. E lembra que nossas construções epistemológicas serviram de uma espécie de muro, ou de memória encobridora, ambos pagando tributo à herança colonial, que nos impediria de ver além, ou de descobrir outros mundos, ou outras possibilidades de ser e estar no mundo, relacionadas a outras heranças.

De todo modo, se podem ser identificadas estruturas de repetição ou quadros prescritivos como condições prévias, que reivindicam ser necessárias ou suficientes para validar enunciações teóricas nos estudos literários, então também pode haver uma descrição *a posteriori* dos caminhos percorridos, dos procedimentos e processos adotados para o pesquisador chegar onde chegou. E também se pode dizer que

7 The genesis of *New Literary History* is to be found in the research and in the theoretical concerns of each of us on the editorial board. As our own investigations forced historical inquiries upon us and led us to a reconsideration of historical questions from quite different perspectives, we found that the idea of history formed a point of intersection.

há uma correlação entre a representação dos estudos literários (como estes são interpretados *nas/pelas* agências de fomento, por exemplo) e a representação dos modos de conhecer esta representação (como os produtores de conhecimento neste campo configuram sua produção, por exemplo).

A elaboração de teorias e de instrumentos de pensamento cuja validade é atestada em nosso domínio de saber sempre já implica um certo *correlacionismo*. E a constatação da existência de propriedades dos objetos literários só pode ser conhecida após ser enunciada. Em relação ao(s) objeto(s) da crítica e da teoria, designado(s) como *literatura*, é interessante observar que os(as) pesquisadores(as) de nossa *playlist* apresentaram uma forte consciência: 1) sobre a presença e a alteração de modos de ver e conhecer este(s) objeto(s); 2) sobre a variação histórica dos critérios de mérito para incluir ou excluir este(s) objeto(s) em determinadas pesquisas nos estudos literários; 3) sobre o que está em jogo ao produzir julgamentos e critérios para fazê-los.

A ideia de *fonte primária*, mencionada por Maria da Glória Bordini (2004), e antes utilizada para objetos classificados como estritamente literários (romances, novelas, poemas), passa a ser utilizada como uma designação mais ampla, que inclui também outros objetos (artigos em jornais, cartas, arquivos etc.), a que se atribui (entre outras coisas) a função de formar contexto para a *literatura*. E podemos dizer que atribuir o sentido de *fonte primária* a um objeto é também uma ação.

Os pesquisadores em tela, ao mesmo tempo em que trataram de objetos mais “tradicionais” (romances, novelas, poemas etc.) como *fontes primárias*, também transformaram em *fontes primárias* uma série de outros objetos (textos de historiadores e críticos de séculos anteriores, manuscritos não publicados, tratados teológicos e filosóficos etc.).

Embora nas agências de fomento à pesquisa exista hoje uma certa obsessão com “metodologia”, os pesquisadores de nossa amostra predominantemente colocaram em xeque *approaches* estabelecidos, modos de abordagem vigentes que legitimavam os caminhos já prescritos anteriormente pelos paradigmas vigentes em nossa área de conhecimento, e de muitas maneiras chamaram a nossa atenção para o fato de que sob a denominação de “metodologia” encobrem-se pressupostos não declarados, que fundamentam a prática “normalizada” do método.

A verbalização das respectivas autoconsciências dos(as) pesquisadores(as) de nosso *corpus* sobre os passos dados em momentos anteriores, a partir da perspectiva presente dos depoimentos, nos permitiu não somente verificar como determinado(a) pesquisador(a) exercitou sua autoanálise profissional, mas eventualmente contextualizá-la em relação a outras autoanálises por outros(as) pesquisadores(as), e formular hipóteses sobre tendências coletivas ou supraindividuais nos estudos literários.

Paralelamente às referências a um passado já configurado em narrativas do tipo *História da literatura*, Regina Zilberman e Roberto Acízelo retomam e propõem mudanças, mesmo no que diz respeito aos “mesmos” elementos de narrativas “científicas” de história nos estudos literários.

Quando elaboram narrativas sobre o passado literário brasileiro, utilizando fontes primárias como parte destas narrativas, alteram o sentido tradicional que tinham em seus contextos originais, para atribuir-lhes um outro, como parte de uma configuração discursiva “nova”. Por exemplo, os textos classificados como “literatura infantil” ou “literatura infanto-juvenil”, ao serem incluídos na história da literatura infantil e juvenil, de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, transformam-se em uma totalidade da qual cada um é apenas parte, totalidade que paga tributo à ideia de “formação”, cujo sentido remete à obra de Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*. Isto significa adotar um pano de fundo em que a noção de sistema literário tem papel relevante, com seu tripé autor-obra-público, mas com diferenças relevantes. Para começar, Regina Zilberman (1989; 2021) traz à baila uma série de questões que não eram consideradas relevantes no momento em que Candido escreveu seu livro. Em vez de “público”, ela trabalha com a noção de “leitor”, configurada em diálogo com (mas não conforme) a chamada Estética da Recepção e do Efeito, em suas diversas versões.

Nos dias de hoje, em que há uma desvalorização do trabalho histórico (o que indica sua maior necessidade), também está vigente uma certa presunção de que estamos completa e absolutamente engajados no presente e limitados pelo agora. Isto deriva de um modo de ver a temporalidade humana que, em seu extremo, aspira a excluir momentos anteriores da sucessão temporal – ou seja, da série histórica de sentidos anteriormente configurados. Adotando esse modo de ver, pode-se presumir um presente autossuficiente e autocontido – o que é altamente problemático. Na contramão desse presentecentrismo, talvez possamos dizer que o presente sempre implica uma certa continuidade, ainda que com alterações, da materialidade do mundo humano anteriormente vigente. Pensamos através de/a partir de/com/contra o que se constitui para nós como saber. E mesmo aquilo que se instituiu, depois do desaparecimento do que foi, pode ser compreendido a partir de uma ausência presente - como o morfema zero na Linguística.

Nos vídeos de nossa playlist, não constatamos nenhuma adesão irrestrita de pesquisadores a métodos ou pressupostos estabilizados em formas ou fórmulas, ou mesmo em “modas” acadêmicas. De fato, predomina uma atitude de levar em conta o que se consolidou previamente no campo dos estudos literários, mas tentar ir além, a partir da análise do alcance e limites do que já se explorou.

OBRAS CITADAS

BORDINI, Maria da Glória. A materialidade do sentido e o estatuto da obra literária em *O Senhor Embaixador*, de Erico Verissimo. Regina Zilberman et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. 199- 276.

COHEN, Ralph. A Note on New Literary History. *New Literary History*, Charlottesville, v. 1, n. 1, p. 3-6, out. 1969.

CULLER, Jonathan. New Literary History and European Theory. *New Literary History*, Baltimore, v. 25, n. 4, 25th Anniversary Issue (Part 2), p. 869-879, outono 1994.

JOBIM, José Luís, Nabil Araújo & Pedro Sasse. (Novas) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Makunaima, 2021.

JOBIM, José Luís. *Literatura Comparada e Literatura Brasileira: circulações e representações*. Rio de Janeiro/ Boa Vista: Makunaima/Editora da UFRR, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. Estructuras de repetición en el lenguaje y en la historia. *Sentido y repetición en la história*. Buenos Aires: Hydra, 2013. 125-162.

SAID, Edward W. *Traveling theory. The world, the text, and the critic*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983. 226-247.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Como e por que sou professor de literatura: e outros estudos de história, crítica e teoria literárias*. Chapecó: Argos, 2020.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*. São Paulo: É Realizações, 2018.

WELLEK, René. O conceito de Barroco na cultura literária. *Conceitos de crítica*. São Paulo: Cultrix, s.d. 69-106.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

ZILBERMAN, Regina. Leitor. José Luís Jobim, Nabil Araújo & Pedro Sasse. (Novas) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Makunaima, 2021. 292-317.